

ATA da 13ª Reunião Plenária do CMAS de SERRA NEGRA – Gestão 2023-2025

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro (08/05/2024), às nove horas e trinta minutos, através da plataforma Google Meet, participaram da reunião plenária deste Conselho, os seguintes participantes;

Representantes do Governo Municipal: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – CRAS – Titular: Glauce Carraro H. Anezini; CREAS – Titular: Daniele Brandini Pachioni Siloto; Secretaria da Saúde – Titular: Marina Moreto Canina, Suplente: Marcyana Muniz da Silva.

Representantes da Sociedade Civil: Representantes das Organizações Sociais – Amparo Social de Promoção Humana: Titular: Newton Sergio Borges; Recanto São Francisco – Titular: Irmã Anésia Terezinha de Arruda; Representantes dos Trabalhadores da área da Proteção Social Especial – Titular: Fabiana Barbosa Vasconcelos; Representantes de Usuários do CRAS – Titular: Patrícia Rodrigues Anastácio, Suplente: Rosa Maria Cefelelli Faria.

A Presidente Sra. Fabiana abriu a plenária com os cordiais cumprimentos, agradeceu a presença de todos e pediu a leitura da ata anterior a qual foi aprovada, disse que temos dois pontos de pauta programado que é sobre o Programa Frente de Trabalho e a eleição para o cargo de Vice-presidente e em seguida passou a palavra para a conselheira Daniele.

A Conselheira e Secretária da Assistência Social Sra. Daniele Brandini Pachioni Siloto, cumprimentou a todos e disse que irá falar sobre o Programa Frente de Trabalho inclusive esclarecendo um ponto que se faz necessário, acontece que uma advogada de Bragança Paulista entrou com uma ação civil pública contra o Programa argumentando que é uma forma de contratação indireta pela Prefeitura, mas acontece que a lei é voltada para um Programa Assistencial, ação esta que está tramitando no Jurídico da Prefeitura e a informação é que um levantamento em outros municípios o Dr. Atílio verificou que muitos Promotores e Juizes estão dando parecer desfavorável ao Programa e dando um prazo para o seu encerramento. O que é muito ruim porque como colocado em reunião passada esse Programa é o único que os técnicos do CRAS têm autonomia para a inserção do beneficiário. Continuando a Sra. Daniele disse que a Lei será colocada no grupo deste conselho para que todos tenham um conhecimento mais profundo, que essa Lei é para auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade, e que irá explanar os principais pontos. Os critérios utilizados na avaliação socioeconômica são; residir no mínimo três anos no município, não estar recebendo nenhum auxílio previdenciário e não poderá ser inserido no Programa duas pessoas da mesma família. Os participantes recebem um salário-mínimo e uma cesta básica mensal e a condicionalidade é a prestação de serviço em um setor municipal. Comentou também que no início do Programa o número era em torno de quarenta vagas e a Lei permitia o trabalho por seis meses, e se o usuário não encontrasse um emprego formal, após seis meses afastado poderia se inscrever novamente a aguardar a vaga em uma lista de espera. No Programa há mais vagas para homens do que para mulheres, que a inserção é para trabalho braçal, mulheres na limpeza dos prédios públicos e os homens direcionados à garagem municipal ou a Casa da Agricultura, é uma prerrogativa da Lei e não permite desviar a função por exemplo para um setor administrativo ou de atendimento. Após a pandemia em dois mil e vinte e um, houve uma alteração na Lei e o prazo para o trabalho de seis meses permitiu a recondução por igual

período e a Lei de dois mil e vinte e dois, alterou o período de permanência de seis para doze meses de trabalho com a recondução também por igual período. E se porventura algum participante não se adaptar ao trabalho, a Secretaria que o recebeu envia um ofício ao CRAS justificando o motivo da desistência, e tudo fica registrado. Nesse momento pediu para a Conselheira Glaucie responsável pela inserção dos trabalhadores no Programa contasse um pouco de sua experiência.

A Conselheira Glaucie ratificou tudo o que foi exposto e disse que a prioridade para a inserção no Programa são as famílias que mais estão em vulnerabilidade, pois como já foi dito é um auxílio imediato, mas mesmo assim acontece de algumas pessoas fazerem a inscrição, serem chamadas, acertar o local e no dia não se apresentarem, como já aconteceu várias vezes, inclusive pessoas que trabalham meio período e não voltam mais. Em casos assim a pessoa é desligada e só poderá participar novamente depois de seis meses.

Retomando a palavra a Sra. Daniele disse que também existe os casos de as pessoas cumprirem o tempo determinado até o final, bem como pessoas que durante o trabalho conseguem um emprego formal, e pedem para sair do Programa. Trouxe os dados quantitativos no fechamento de cada ano sendo, em dois mil e vinte e um o ano fechou com oitenta e cinco participantes, em dois mil e vinte e dois, cento e doze, em dois mil e vinte e três, cento e seis e neste ano até a presente data consta exatamente cem participantes ativos no Programa Frente de Trabalho. Disse que a média é basicamente cento e dez participantes, e que estamos falando não só de pessoas e sim de famílias, abrangendo assim um auxílio em torno de quatrocentas pessoas, garantindo assim a segurança alimentar e auxiliando nas despesas mensais dessas famílias. E para finalizar disse que se realmente houver a extinção do Programa a Assistência Social perde muito, ficando sem uma ferramenta importante para prestar auxílio de imediato as famílias que estão em vulnerabilidade econômica.

O segundo ponto da pauta é sobre as vagas em aberto deste conselho, a Sra. Daniele disse que algumas foram por motivos de desistências dos próprios membros e outras pôr o Instituto Nuvem estar atualmente com seus Projetos suspensos, assim as vagas são de Representantes de Trabalhadores da Proteção Social Básica e Usuários da Proteção Social Básica, sendo que dos Representantes das Organizações Sociais a Sra. Marlene Baptistei Borges está assumindo hoje como Suplente representando a OSC Amparo Social de Promoção Humana, e a Sra. Patrícia Rodrigues Anastácio, está assumindo como Titular dos Representantes dos Usuários da Assistência Social pelo CRAS e hoje também precisamos eleger o vice-presidente. Exposto as vagas que precisam ser preenchidas a Sra. Daniele pediu se alguém teria alguma indicação. Pediu para a Irmã Anésia a possibilidade de indicar algum trabalhador referente a Casa Dia e pediu ao Sr. Newton a possibilidade de indicar algum trabalhador da Guarda Mirim, pois se cada entidade puder indicar um membro já preencheriam a vaga de titular e de suplente dos trabalhadores da Assistência. Quanto aos usuários disse que vai verificar algum responsável dos usuários que frequentam o Projeto Vida. E diante das desistências houve a vacância do cargo de vice-presidente, e como essa gestão é presidida pela Sociedade Civil, e necessariamente tem que ser Titular, os únicos elegíveis no momento seria a Irmã Anésia e o Sr. Newton, pois a Sra. Fabiana já exerce o cargo de Presidente. Assim sendo pediu que os candidatos se manifestassem.

A Irmã Anésia se manifestou e disse que seu voto vai para o Sr. Newton, pois ela já está com compromissos acumulados e não teria como assumir mais um.

O Sr. Newton disse estar à disposição para colaborar no que for necessário sempre. Todos aprovaram e o conselheiro foi eleito para o cargo de vice-presidente.

A Sra. Daniele retomou a palavra agradeceu e disse que sempre estamos aprendendo uns com os outros e essa troca é muito positiva. E nesse momento se dirigiu as conselheiras e Assistente Sociais representando a Secretaria da Saúde e comentou que no senso comum existe muita confusão quanto as atribuições das Assistentes Sociais que trabalham na área da Saúde e na Assistência, por isso fez um pedido, se poderiam na próxima reunião explanarem sobre o trabalho da Assistente Social na área da Saúde, ficando como pauta para o próximo encontro esclarecendo algumas dúvidas, finalizando assim os assuntos programados para esta reunião.

Nesse momento o Conselheiro Sr. Newton pediu a palavra e fez um questionamento quanto a as moedas deixadas na Fontana Di Trevi, pois segundo ele, em setembro passado seria feita uma reavaliação da Lei pelos vereadores quanto a distribuição do montante arrecadado, a qual poderia ser rateada ente as Entidades Sociais, dependendo do valor recebido.

A Sra. Daniele disse que não estava ciente do assunto e que a Primeira-dama não estava presente na plenária por estar em outro compromisso na Secretaria da Educação. Mas o que podia adiantar é que existe uma Lei a qual destina os recursos advindo da Fonte para o Fundo Social, sendo que este também auxilia as entidades.

Nos informes gerais a Sra. Daniele parabenizou a todos que trabalharam na Festa das Nações e disse que esteve presente e percebeu a grande movimentação e acredita que superou as expectativas dos participantes.

A Sra. Fabiana informou que o Fundo Social é um dos pontos de arrecadação de doações para serem enviadas ao Rio Grande do Sul, devido ao flagelo das enchentes, que quem puder doar alguma coisa, roupas, água, alimentos, fraldas, ração de animais, será muito importante, e levem até o local para o devido destino. E nesse instante perguntou se mais alguém queria fazer uso da palavra e não havendo manifestação, agradeceu mais uma vez a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

E nada mais a ser tratado, eu Elisabete Cordeiro, secretária executiva deste Conselho lavrei a presente ata que vai assinada pelo seu Presidente e Secretária.

Serra Negra, 08 de maio de 2024.



Presidente
Fabiana Barbosa Vasconcelos



1ª Secretária
Glauce Carraro H. Anezini